



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E
TRADICIONAIS

REQUERIMENTO N.º , de 2026
(Do Sr. Dorinaldo Malafaia)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir o acesso ao saneamento básico, à água potável e à infraestrutura sanitária nas comunidades indígenas, ribeirinhas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais da Amazônia.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 24, III, 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja realizada audiência pública no âmbito da Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, com o objetivo de debater os desafios relacionados à universalização do acesso ao saneamento básico, ao abastecimento de água potável, ao esgotamento sanitário, ao manejo adequado dos resíduos sólidos e à infraestrutura sanitária nas comunidades indígenas, ribeirinhas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais da Amazônia.

Para tanto, propõe-se sejam convidados os seguintes representantes:

- Ministério das Cidades;
- Ministério da Saúde;
- Secretaria de Saúde Indígena – SESAI;
- Fundação Nacional de Saúde – FUNASA;
- Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA;
- Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz Amazônia;
- Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB;
- Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS.

Justificativa

O acesso ao saneamento básico constitui direito fundamental e condição indispensável para a promoção da saúde pública, da dignidade humana e da qualidade de vida. Apesar dos avanços observados nas últimas décadas, milhares de famílias que





CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

vivem na Amazônia ainda enfrentam graves dificuldades de acesso à água potável, ao tratamento de esgoto, ao manejo adequado de resíduos sólidos e a serviços básicos de infraestrutura sanitária.

Essa realidade afeta de maneira especialmente intensa os povos indígenas, as comunidades ribeirinhas, quilombolas, extrativistas e demais povos e comunidades tradicionais, que convivem diariamente com desafios decorrentes do isolamento geográfico, da dispersão populacional e das limitações logísticas características da região amazônica. Em muitas localidades, o abastecimento de água depende diretamente de rios, igarapés e poços sem tratamento adequado, aumentando a exposição da população a doenças de veiculação hídrica, infecções parasitárias e outros agravos evitáveis.

A insuficiência de sistemas de esgotamento sanitário e de soluções apropriadas para o tratamento dos resíduos sólidos compromete não apenas a saúde das comunidades, mas também a conservação dos recursos hídricos e dos ecossistemas amazônicos. A contaminação da água e do solo representa risco permanente à segurança alimentar, à pesca artesanal, à agricultura familiar e aos modos de vida tradicionais, além de impactar diretamente crianças, gestantes, idosos e pessoas em situação de maior vulnerabilidade.

Os desafios do saneamento na Amazônia exigem soluções compatíveis com as especificidades territoriais e culturais da região. Modelos convencionais, frequentemente adotados em áreas urbanas, nem sempre atendem às necessidades das comunidades amazônicas, sendo necessário investir em tecnologias sociais, sistemas descentralizados, soluções sustentáveis e projetos desenvolvidos com a participação das próprias populações beneficiadas.

Também se faz necessária maior integração entre as políticas públicas de saneamento, saúde, meio ambiente, desenvolvimento regional e infraestrutura, garantindo que os investimentos públicos considerem as particularidades geográficas da Amazônia e respeitem os modos de vida dos povos originários e das comunidades tradicionais.

A ampliação do acesso ao saneamento básico possui impacto direto na redução da mortalidade infantil, na prevenção de doenças infecciosas, na melhoria dos indicadores de saúde, na valorização da educação, na proteção ambiental e na promoção do desenvolvimento sustentável. Investir em infraestrutura sanitária significa promover cidadania, reduzir desigualdades históricas e assegurar melhores condições de vida às populações amazônicas.

Diante desse cenário, a realização da presente Audiência Pública permitirá reunir representantes do Governo Federal, instituições de pesquisa, organizações da sociedade civil, especialistas, lideranças indígenas e comunitárias para discutir os principais desafios relacionados ao saneamento básico na Amazônia e construir propostas que fortaleçam as políticas públicas destinadas à universalização desses serviços essenciais.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E
TRADICIONAIS

O debate contribuirá para subsidiar os trabalhos desta Comissão, aperfeiçoando a atuação do Parlamento na formulação de iniciativas legislativas e no acompanhamento das políticas públicas voltadas à promoção da saúde, da justiça social, da proteção ambiental e da dignidade dos povos originários e das comunidades tradicionais da Amazônia.

Sala das Comissões, em 03 de julho de 2026.

Dorinaldo Malafaia
Deputado Federal – PDT/AP

